

# Madeira obrigada a pagar juros mais altos na banca

**RATING 'AA3' COM 'OUTOOK' NEGATIVO AFECTA EMPRÉSTIMOS E AVALES**

**MIGUEL TORRES CUNHA**  
mtcunha@dnoticias.pt

A Moody's efectuou uma revisão da sua notação de 'rating' em relação à Região Autónoma da Madeira, mantendo como referência o Aa3, mas atribuindo um 'outlook' negativo.

A perspectiva 'outlook notation' indica a direcção possível de alteração de uma notação no período entre seis meses a dois anos seguintes, o que no caso da Madeira significa que existe a potencial ameaça de uma descida, mas que ela não ocorre no imediato.

Quer tudo isto dizer que as taxas de juro a pagar pela Região ou pelos beneficiários de garantias financeiras (avales) dadas pelo governo poderão no futuro ser mais altas, já que a 'outlook notation' atribuída deixa antever um risco maior nesta conjuntura.

De acordo com os dados apurados, a alteração da notação da Região é consequência da crise internacional, bem como de uma severa punição de que as agências de 'rating' foram alvo, já que na maioria dos casos de grandes falências de bancos e seguradoras norte-americanas e europeias, as agências mantiveram notações elevadas, que eram garante de pouca exposição ao risco, o que se mostrou menos verdade.

Face à situação financeira internacional e ao colapso de algumas instituições financeiras com notação de rating máxima, as agências de rating adoptaram critérios muito mais cautelosos e exigentes nas suas análises, passando a ter em linha de conta todas as situações que, mesmo remota ou potencialmente, possam afectar os níveis de 'rating' das entidades objecto de notação.

Foi neste contexto, adverso, que decorreu a revisão do 'rating' da Madeira. Apesar de ter sido considerada toda a dívida directa (478,2

milhões de euros) e indirecta (1.164,2 milhões), bem como as responsabilidades decorrentes das parceiras público-privadas, a Região conseguiu manter a sua notação de rating em Aa3, embora com 'outlook' negativo devido às potenciais pressões sobre a despesa pública num cenário de potencial recessão económica à escala global, que afectará inevitavelmente a Madeira.

A notação de risco de crédito, rating de crédito, ou 'credit rating' é uma avaliação do risco de crédito de uma empresa ou país que emite dívida ou dos instrumentos de dívida emitidos. As notações de risco de crédito são elaboradas por agências de notação de risco e apresentadas de forma facilmente assimilável pe-

EM MAIS DE 100 PAÍSES

A Moody's está entre as mais respeitadas e utilizadas agências de ratings de crédito, pesquisa e análise de risco do mundo. O compromisso e a experiência da Moody's chegam a mais de 9.300 assinaturas, em aproximadamente 2.400 instituições e as suas notações de ratings e análises acompanham dívidas abrangendo mais de 100 países, 12.000 empresas emissoras de dívida, 29.000 emissores do sector público e 96.000 emissões estruturadas. A Moody's mantém escritórios na maioria dos principais centros financeiros e emprega mais de 3.000 pessoas, incluindo mais de 1.000 analistas.

los investidores.

Uma notação baixa indica um elevado risco de crédito. Para assumir maior risco, os investidores exigem uma taxa remuneratória correspondentemente maior. Assim, a notação obtida por um emitente determina as taxas de juro que este deverá propor para obter um financiamento externo. A notação é um requisito indispensável para a obtenção de financiamentos externos em mercados de valores mobiliários.

As notações de risco de crédito são também usadas nas disposições contratuais relativas à interrupção de facilidades de crédito, à aceleração do ritmo de reembolsos ou à alteração de outras condições dos contratos de crédito.



Reavaliação do 'rating' da Região resistiu ao descabro internacional das agências de 'rating'. FOTO SHUTTERSTOCK



O Ministério das Finanças reagiu ontem ao relatório do Tribunal de Contas que alerta para as despesas dos serviços públicos com consultorias externas realçando que tem imposto tectos as despesas e seguido as recomendações.

## Bancos recorrem à garantia do Estado

Os cinco maiores bancos nacionais - CGD, BCP, BES, BPI e Santander Totta - admitiram ontem à tarde que podem vir a recorrer à garantia do Estado. O objectivo é assegurar a emissão de dívida.

Em comunicado enviado, aquelas cinco instituições bancárias revelaram que estão a ponderar recorrer às garantias do Estado, no âmbito de emissão de dívida. Esta tomada de posição, explicam, foi concertada entre as maiores insti-

tuições financeiras, mas todas adiantam que para já não prevêem recorrer a este mecanismo.

O ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, já se manifestou "agradado" pelo facto dos principais bancos portugueses acolherem de forma positiva a garantia de 20 mil milhões de euros dada pelo Estado. "O Governo regista com agrado o acolhimento positivo que a concessão de garantias por parte do Estado está a merecer por

**MINISTRO TEIXEIRA DOS SANTOS FICOU AGRADADO COM A DECISÃO DOS BANCOS**

parte das principais instituições de crédito que operam no nosso mercado", afirmou Teixeira dos Santos.

A reacção do ministro das Finanças segue-se ao anúncio dos bancos de que pretendem recorrer à garantia estatal. "Portugal dispõe assim de um quadro reforçado de estabilidade e segurança acrescidas no seu sistema financeiro ao serviço da economia e dos cidadãos", referiu o ministro. "Foi para isto mesmo que esta medida foi tomada", acrescentou.